



Informe Anual 2010

Informe Anual

2010

A young woman with long brown hair is smiling and looking to her right. She is holding a yellow and orange butterfly. In the background, other children are visible, some sitting at a table with a plate of food and a glass. The scene is brightly lit, suggesting an outdoor or well-lit indoor environment.

sumário

Carta do Presidente do Grupo Gas Natural Fenosa Brasil e do Vice-presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo	4
Carta do Diretor-geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo	6
Comitê de Direção e Comitê de Gestão	8
Cenário Macroeconômico e Energético	12
Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão	14
Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento	15
Cenário Econômico Regional	18
10 Anos de Gestão	22
“Maiores e Melhores” Valor 1.000	23
Revisão Tarifária Quinquenal	23
Atividade Comercial	24
Serviços a Clientes	27
Atividade Técnica	28
Sumário Financeiro	29
Responsabilidade Social Corporativa	34

Carta do Presidente do Grupo Gas Natural Fenosa Brasil e do Vice-presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Bruno Armbrust
Presidente da
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela
Vice-presidente da
Gas Natural Fenosa em São Paulo

Prezados senhores,

É com satisfação que apresentamos os resultados de 2010 da Gas Natural Fenosa em São Paulo. Ano em que a Companhia completou sua primeira década de gestão e, mesmo jovem, alcançou o 2º lugar entre as “Melhores e Maiores” do setor de Petróleo e Gás e o 1º em crescimento sustentável no *ranking* da revista Exame.

Etapa em que também superou as previsões anuais, em linha com o crescimento econômico do País e da região, e elevou o índice de satisfação de seus clientes para 87,7%. Estendeu a distribuição de gás natural canalizado para

residências em mais um município – Laranjal Paulista – e, em parceria com o SENAI, formou mais 41 profissionais em cursos técnicos na área.

A Gas Natural Fenosa em São Paulo chegou ao final de 2010 com 33.756 usuários, 532,6 milhões de m³ distribuídos no ano e 1.331,35 km de redes construídas. O destaque em crescimento das vendas foi do setor industrial que, bastante aquecido, aderiu aos leilões de gás da Petrobras para volumes adicionais e cresceu em 17,4% o total fornecido no ano. Os resultados financeiros excederam as expectativas, contribuindo para os números relevantes do Grupo Brasil na América Latina.

O transcurso do remanejamento de trecho de gasoduto para implantação da indústria Toyota, no município-sede de Sorocaba, foi igualmente um fato relevante e que merece ser destacado, tendo evidenciado o rigor técnico e o compromisso da Companhia com as melhores práticas.

Dentre as atividades internas, prosseguiram-se os investimentos em qualidade e melhoria dos processos, em comunicação e nos programas de capacitação, reconhecimento, incentivo e qualidade de vida dos colaboradores, os quais indicaram a Empresa como um local onde se sentem realizados ao atuar. Da mesma forma, a atenção com o entorno onde se desenvolvem as atividades demonstrou, mais uma vez, os

princípios sustentáveis em que se norteia a Empresa, com a realização de projetos sociais, culturais e de respeito ao meio ambiente.

Por tudo o que foi realizado em 2010, sabemos que a Gas Natural Fenosa em São Paulo está preparada para os desafios que fazem tão vibrante o mercado de gás brasileiro. Amparada pela experiência de mais de 50 anos do Grupo Gas Natural – agora ampliada, com a incorporação da União Fenosa – a Empresa está pronta para o futuro. Agradecemos o empenho das equipes, aos governos municipais e estadual pela parceria e o suporte ao longo do ano e aos senhores acionistas, pela confiança em nossa gestão.

Muito obrigado.



Carta do Diretor-geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Armando Martins Laudorio

Diretor-geral da Gas Natural
Fenosa em São Paulo

Prezados senhores,

A Gas Natural Fenosa em São Paulo, a caçula das distribuidoras brasileiras de gás natural canalizado, completando 10 anos de gestão, mostra que trabalha incessantemente para firmar-se entre as grandes do setor. Por isso mesmo, figurou em 1º lugar no quesito crescimento sustentável, segundo a conceituada publicação Valor 1.000 de 2010, do jornal Valor Econômico. Além disso, ocupou o 2º lugar entre as “Maiores e Melhores” do setor de Petróleo e Gás, no *ranking* divulgado pela mesma publicação.

Relativamente nova, a Companhia já é a terceira maior distribuidora do País em número de clientes e em infraestrutura de distribuição, encerrando o ano de 2010 com 33,7 mil usuários e 1.331,35 km de redes. Seu EBITDA cresceu 5% na comparação com 2009, atingindo R\$131 milhões em 2010.

Com investimentos totais de R\$10,8 milhões no ano, a Empresa avançou em todos os indicadores. Além do crescimento do número de clientes, o volume total distribuído de 1,459 milhão de m³/dia (532,6 milhões de m³/ano) foi 16% superior ao ano de 2009. Contribuiu para esse aumento a adesão de clientes industriais aos leilões de gás da Petrobras, com volume adicional contratado de 49,5 milhões de m³/ano.

Além dos números, a Companhia igualmente destacou-se na opinião de seus clientes. Em 2010, cresceu cinco pontos percentuais na pesquisa de Satisfação Global quanto aos serviços prestados e à imagem da Empresa, atingindo um índice de 87,7%.

Os programas de retenção de clientes, de incentivo à adimplência, de melhoria dos processos internos, de reciclagem das empresas

contratadas e de fortalecimento da imagem da Companhia junto a seus públicos-alvo são exemplos de projetos que cooperaram para os resultados positivos alcançados. Da mesma forma, devem ser mencionados os projetos de tecnologia, com a implantação do sistema de telemedição em clientes industriais e de leitura de consumo via celular, assim como o programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que formou dezenas de profissionais em cursos técnicos na área de gás natural canalizado e os recolocou no mercado de trabalho.

Lado a lado com estas ações, a Empresa continuou valorizando e incentivando seus colaboradores, por meio de oportunidades de crescimento profissional, do estímulo à capacitação continuada, da concessão de benefícios e de programas de estágios. A atenção à comunicação interna foi outro ponto focal para garantir a coesão da equipe rumo às metas traçadas.

Por todos esses aspectos, não é para menos que, ao completar sua primeira década de gestão, a Gas Natural Fenosa em São Paulo já faz parte do seleto *hall* de “Maiores e Melhores” do País, sendo um dos locais onde os colaboradores demonstram mais satisfação em trabalhar. Um feito grandioso para qualquer empresa, mas que se faz ainda maior para uma Companhia jovem e atuante em um mercado que vem se consolidando, ano a ano, com um produto que traz modernidade, com segurança e conforto, à população, a exemplo do que ocorre nos grandes países em todo o mundo.

Nossos agradecimentos, tal como em todos os anos, aos colaboradores, parceiros, usuários, à agência reguladora Arsesp, acionistas e investidores pelo comprometimento e a confiança demonstrados.

Muito obrigado.





Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Presidente

Antoni Almela Casanova
Vice-presidente

Armando Martins Laudorio
Diretor-geral

Jose Maria Margalef Badenas
Diretor-técnico

Diego Fernando Grimaldos Franco
Diretor-financeiro

Comitê de Gestão

Claudia Henrique Provasi
Serviços Jurídicos e Assuntos Regulatórios

Daniela Helena Napolitano
Serviços a Clientes

Fernanda Burattini
Comunicação

Jairo Xavier Caires
Gerência Comercial

José Nascimento Júnior
Serviços Técnicos

Nelson Alves de Souza Júnior
Estudos e Tarifas





**Um ano especial
para o mercado
de energia.**

Cenário Macroeconômico e Energético

Passados os efeitos da crise econômica mundial, grande parte dos países retomou a rota histórica de crescimento a partir de 2010 e o Brasil, especialmente, se fortaleceu de forma relevante, tornando-se uma das economias mundiais com maiores perspectivas de crescimento.

A produção da indústria brasileira cresceu 10,5%, atingindo sua maior expansão nos últimos 24 anos. Segundo o IBGE, desde 1986, quando a expansão foi de 10,94%, a indústria não apresentava um crescimento tão elevado em sua produção. Este resultado colocou o setor como principal motor da economia brasileira em 2010.

Entre as atividades industriais, o melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 7,5% em 2010, a maior alta desde 1986, ano do Plano Cruzado. Com isso, o Brasil passou a ter o sétimo maior PIB do mundo.

No que diz respeito às *commodities*, a produção de petróleo no Brasil foi recorde, e considerando a média anual: 2,004 milhões de barris por dia. O volume é 1,7% maior do que o verificado em 2009 sinaliza uma produção sustentável acima dos 2 milhões de barris por dia. A produção brasileira de petróleo, em 2010, foi de aproximadamente, 2,089 milhões de bbl por dia e a de gás natural de 66,2 milhões de m³/dia.

Vale destacar que em 2010 começou a produção do pré-sal. Em novembro, o pré-sal produziu

63.679 bbl/d de petróleo e 2.301 mil m³/dia de gás natural no campo de Jubarte e nos testes de longa duração na área de Tupi. Aproximadamente 91,2% da produção de petróleo e gás natural brasileira, em 2010, foram extraídos de campos explorados pela Petrobras. Em campos marítimos, foram produzidos 91,3% do petróleo e 75,3% do gás natural brasileiros.

O volume diário de gás natural consumido, em 2010, pelas distribuidoras foi de, aproximadamente, 48 milhões de m³/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15% no ano passado. Mas o destaque ficou por conta das usinas termelétricas que, devido à situação hidrológica desfavorável, elevaram o consumo em 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com mais de 19 mil km de rede de distribuição e aproximadamente 1,9 milhão de clientes de gás natural.

Para atender ao aumento da demanda, a oferta de gás natural importado pelo Brasil aumentou significativamente, sendo que, em setembro de 2010, o volume regaseificado de GNL bateu o recorde, chegando a 18,4 de milhões m³/dia.

Com a possibilidade de flexibilização dos contratos, o comércio de gás natural liquefeito

(GNL) na Bacia do Atlântico se dinamizou significativamente. Países como o Brasil, que buscam uma oferta de gás flexível, encontraram no GNL uma solução interessante. Cabe destacar que o comércio de GNL na região das Américas passou a adotar como indexador o preço Henry Hub, ponto de fixação de preços para futuros contratos negociado na New York Mercantile Exchange.

No que tange ao mercado internacional, os preços do petróleo fecharam 2010 em seu mais alto nível em dois anos. Em meio ao otimismo sobre a evolução da demanda mundial, o barril do West Texas Intermediate (“light sweet crude”) para entrega em fevereiro fechou 2010 a US\$91,38, tendo atingido nos últimos minutos de operações os US\$92,06, valor que não registrava desde outubro de 2008.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado *Spot* Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou 2010 em US\$ 4,38/MMBtu, valor 11,5% superior à média de 2009 (US\$3,93/MMBtu).

A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás. Após sete anos de discussões entre governo e agentes do mercado de gás, no dia 3 de dezembro de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.382, que remete aos estados a regulamentação da distribuição e da comercialização do gás natural.

Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já estabelecem condições para a distribuição de

gás canalizado para o consumidor livre, assim como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados a regulamentação que estabeleça as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto.

Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (swap). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.

No que diz respeito ao setor elétrico, apesar de não conseguir leiloar as 17 hidrelétricas que previa, o governo encerrou o ano de 2010 otimista com a contratação de 17 mil MW, viabilizados por meio de seis leilões.

Quanto às termelétricas, vale lembrar que no Rio de Janeiro, somente na área de concessão da CEG, registrou-se recorde de vendas em 2010, com aumento de 164% em comparação ao ano anterior e o despacho médio chegando a 3,8 Mm³/dia.

Desta forma, as boas perspectivas de crescimento da demanda de energia nos próximos anos e o ambiente macroeconômico estável fazem com que o Brasil seja uma das grandes apostas do Grupo Gas Natural Fenosa em seu novo plano estratégico.



Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão

Após concluir em 2010 sua fusão com a Union Fenosa, o Grupo Gas Natural passou a chamar-se Gas Natural Fenosa. Através da fusão, a Empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Abrindo o acesso a novas tecnologias e mercados, os ativos foram multiplicados por 2,5 e os clientes de gás e eletricidade por 1,8.

Atualmente, o Grupo Gas Natural Fenosa está presente em 25 países, tem 15,6 GW de potência instalada e mais de 20 milhões de clientes em todo o mundo. É a terceira maior empresa do mundo em gás natural liquefeito (GNL) e uma das maiores operadoras mundiais de ciclos combinados, com mais de 9 GW de

potência. É também a terceira distribuidora de gás e eletricidade, com 8,9 milhões de pontos de conexão.

Na Espanha, é líder no mercado liberalizado de gás e eletricidade, com cerca de 2,5 milhões de clientes e 154.000 GWh³. Na América Latina, produz e distribui energia no Chile, Colômbia, Nicarágua e Costa Rica, entre outros.

Em 2010, o Grupo deu continuidade aos bons resultados. O faturamento cresceu 32%, atingindo 19.630 milhões de euros, enquanto o EBITDA consolidado foi de 4.477 milhões de euros, 14,1% maior que o do período anterior. O resultado líquido foi de 1.201 milhões de euros, desempenho que traduz um aumento de 0,5% em comparação com 2009.

Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento

Em 2010, pela primeira vez, o Brasil fez parte do seleto grupo dos dez países que mais receberam investimentos estrangeiros diretos. O Grupo Gas Natural Fenosa, em 12 anos de gestão, sempre apostou no País através de suas empresas CEG, CEG RIO, Gas Natural São Paulo Sul e Gas Natural Serviços – que atua em sete estados brasileiros no segmento de negócios não regulados.

No Brasil, o Grupo já investiu mais de R\$4,1 bilhões em infraestrutura e projetos de eficiência e melhoria da qualidade de distribuição de gás.

Suas empresas formam a maior distribuidora de gás do País, com mais de 800 mil clientes. Já estão presentes em 56 municípios e contam com 6.285 km de redes de distribuição, respondendo por 7% dos resultados do Grupo no mundo.

Se considerada apenas a América Latina, este percentual brasileiro passa para 23% em todas as linhas de negócio. Levando em conta apenas o mercado de distribuição de gás na América Latina, o Brasil responde por 49% dos negócios nessa área. Com isso, a Gas Natural Fenosa é líder em distribuição de gás na América Latina.

Em 2010, as empresas do Grupo no Brasil apresentaram EBITDA (lucro antes dos juros, impos-

tos, depreciação e amortizações) de R\$761.963 mil e lucro líquido de R\$315.877 mil.

Com o objetivo de identificar níveis de qualidade e segurança equivalentes aos praticados na Europa, as empresas do Grupo Gas Natural Fenosa passaram em 2010 por uma auditoria em seus procedimentos de Projeto, Construção e Manutenção das redes. Esta auditoria foi realizada pela KIWA GAS TECHNOLOGY, renomada empresa holandesa no setor. De modo geral, a conclusão foi de que os procedimentos adotados estão em conformidade com aqueles praticados nas melhores companhias de distribuição de gás do mundo.

Todas as empresas do Grupo mantiveram as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais e dentro dos objetivos fixados pelo Grupo no início do ano.

Mais do que resultados satisfatórios, 2010 marcou o início de novas atividades da Gas Natural Fenosa no Brasil, ampliando as áreas de negócios e atendendo a um mercado cada vez mais amplo, com a *expertise* de um Grupo vencedor, reconhecido mundialmente.



**Entre as
maiores
e melhores.**

Cenário Econômico Regional

O PIB brasileiro fechou o ano de 2010 com um crescimento de 7,5% em relação a 2009, chegando a R\$3,675 trilhões em valores correntes e sendo o maior desde 1986. A Indústria cresceu 10,1% e o setor de Serviços, 5,4%. Apesar do forte desempenho, a produção foi deficitária se comparada ao nível de consumo, obrigando o País a importar mercadorias.

A região composta por 47 municípios, segundo dados do CIESP Sorocaba, acompanhou o crescimento do País. Em 2010, houve um acumulado de 6,36% de aumento do número de postos de trabalho na região, representando um acréscimo de, aproximadamente, 6.250 vagas.

O setor de Bens e Serviços em Sorocaba, maior município da região de atuação da Empresa, cresceu destacadamente e a cidade passou a ser a 10ª em arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), somando R\$267,9 milhões.

Para 2011, a Indústria espera um crescimento um pouco menor, em torno de 5%, com a demanda interna seguindo forte e havendo queda nas importações.

Evolução da atividade

A Gas Natural Fenosa em São Paulo fechou o ano acima de todas as melhores previsões, ainda que o planejamento inicial, mais arrojado, tenha que

ter sido revisto. O EBITDA registrado foi de R\$131 milhões, 5% a mais que em de 2009.

O resultado foi bastante positivo, uma vez que as margens da Companhia foram reduzidas com a Revisão Tarifária Quinquenal, pelo órgão regulador, em 38,1%, em média, impacto compensado pelo volume adicional de 49,5 milhões de m³ distribuído às indústrias, por meio do 6º leilão de gás da Petrobras. O Lucro Líquido foi de R\$91,3 milhões ou 10,7% superior ao registrado no ano anterior.

O número de usuários chegou a 33.756 ao final do ano, com captações e altas de clientes chegando ao dobro de 2009. O volume total distribuído no ano foi de 1,4 milhão de m³/dia ou 532,6 milhões de m³/ano, também acima dos índices previstos.

Os investimentos totais somaram R\$10,8 milhões, pouco mais que o aporte realizado em 2009. No ano, foram construídos 4,6 km de redes, chegando a 1.331,35 km.

Em 2010, um conjunto de ações para a melhoria constante dos serviços prestados e da imagem da Empresa culminou com o Índice de Satisfação Global dos clientes de 87,7%, acima dos 82,6% de 2009. Da mesma forma, foram implantadas medidas para a maior precisão do processo de medição de consumos e para a queda, ainda mais acentuada, dos índices de morosidade,

que fecharam, todos, bem abaixo das metas planejadas para 2010. Os padrões de qualidade da E sustentaram-se os mais elevados, com a manutenção do Certificado de Qualidade ISO 9001:2008.

Internamente, a Companhia continuou aperfeiçoando suas ferramentas de comunicação para a integração e a cooperação entre os colaboradores. Prosseguiu, também, investindo em

programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e qualidade de vida dos profissionais. Para a sociedade, a Empresa contribuiu, em 2010, com a manutenção dos programas sociais, culturais e relativos ao meio ambiente anualmente realizados, além de promover a expansão destes projetos para outras cidades de atuação e patrocinar grandes eventos comemorativos a datas especiais, como os aniversários das cidades de Sorocaba e Itu.



Outros aspectos relevantes

- Gas Natural Fenosa em São Paulo é eleita a 1ª empresa no critério Crescimento Sustentável e a 2ª maior entre as “Maiores e Melhores” no segmento de Petróleo e Gás, pela conceituada publicação Valor 1.000, do jornal Valor Econômico.
- Comemoração dos 10 anos de gestão da Gas Natural Fenosa em São Paulo, com ampla campanha de comunicação em toda a região atendida e festividade para clientes, colaboradores, autoridades municipais, estaduais e federais, imprensa, órgão regulador, outras distribuidoras brasileiras de gás natural, parceiros e formadores de opinião.
- Revisão Tarifária Quinquenal pela ARSESP, com redução média de 38,1% das margens.
- EBITDA de R\$131 milhões, 5% acima do ano de 2009.
- Número de clientes totalizou 33,7 mil em 2010, 6% acima de 2009.
- Volume total distribuído no ano em 1,459 milhão de m³/dia (532,6 milhões de m³/ano), 16% superior ao ano de 2009.
- Investimentos totais de R\$10,8 milhões no ano, em linha com o aporte de 2009.
- Construídos 1.168 ramais e 44 km de redes no ano, concluindo o ano com 1.331,35 km.
- Início do fornecimento de gás natural canalizado para as residências de Laranjal Paulista e novos bairros de Itu, em conjunto com lançamento de campanha de comunicação nessas cidades, sobre os usos e as vantagens do energético nos lares.
- Novas contratações de empresas para realização dos serviços de comercialização e instalação interna do gás natural nas residências, contribuindo para os resultados no ano.
- Adesão de clientes industriais ao 6º e 7º leilões de gás da Petrobras, com volume adicional total distribuído de 49,5 milhões de m³/ano.
- Remanejamento de trecho de 1,3 km de gasoduto principal, com 16 polegadas de diâmetro, próximo à Rodovia Castello Branco, para implantação da indústria Toyota no município de Sorocaba.
- Conquista do índice de 91,7% de satisfação com o serviço de urgências em 2010.
- Implantação do sistema de telemedição em 50 clientes industriais para o acompanhamento dos consumos remotamente e em tempo real, aumentando a confiabilidade da operação.
- Índices de morosidade todos abaixo do planejamento 2010, com destaque para o segmento industrial, com índice de quase zero.
- Satisfação Global quanto aos serviços prestados e à imagem da Empresa fechando 2010 com índice de 87,7%, acima dos 82,6% de 2009.
- Implantação da leitura de consumo de gás natural canalizado via celular, em linha com os processos do Grupo Gas Natural Fenosa. A nova alternativa traz melhor custo-benefício e maior precisão ao processo de medição.
- Com um aporte de R\$40 mil destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa, em parceria com o SENAI Sorocaba, formou mais 41 profissionais em cursos técnicos na área de gás natural.
- Patrocínio à Caminha Cultural “Do Império à Modernidade” em celebração aos 400 anos de

Itu e construção da pira comemorativa a gás natural, localizada na Praça Padre Anchieta.

- Expansão do projeto cultural Tom Natural para a cidade de Salto e continuação em Sorocaba e Itu. Patrocinado por meio de lei de incentivo à cultura, compreende apresentações musicais gratuitas em praças públicas dessas três cidades.
- Reconhecimento, pelo quinto ano consecutivo, como “Empresa Amiga Solidária”, pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar

Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sócio-cultural de crianças e adolescentes carentes.

- Plantio de 900 mudas de árvores e distribuição de cartilha sobre hábitos sustentáveis e ecologicamente corretos como parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente, em Tatuí. A ação foi realizada com a participação de 70 estudantes de escolas municipais, no Parque Ecológico Maria Tuca.



10 Anos de Gestão

O ano de 2010 foi marcante para a Gas Natural Fenosa em São Paulo. A Companhia completou seus primeiros 10 anos de gestão em abril, como a 3ª maior distribuidora do País em número de clientes e em infraestrutura de distribuição de gás natural (redes de aço e polietileno), abastecendo 15 cidades da região Sul do Estado de São Paulo.

No acumulado até a data, os investimentos totais realizados pela Empresa – somados

os recursos para a aquisição do contrato de concessão – eram da ordem de R\$830 milhões.

Os 10 anos da Companhia foram celebrados com ampla campanha de comunicação em toda a região atendida e grande evento realizado na cidade-sede de Sorocaba. A comemoração reuniu mais de 400 convidados, entre diretores, acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, autoridades, representantes do órgão regulador e parceiros.



“Maiores e Melhores” Valor 1.000

Outro fato relevante ocorrido em 2010 foi a conquista de expressivas colocações no cenário empresarial brasileiro. A Companhia foi eleita a 1ª empresa no critério Crescimento Sustentável pela conceituada publicação anual Valor 1.000, do jornal Valor Econômico. Adicionalmente, destacou-se em 2º lugar no ranking das “Melhores e Maiores” empresas do segmento de Petróleo e Gás na mesma publicação.

Revisão Tarifária Quinquenal

A cada cinco anos, o órgão regulador, a ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), realiza processo de Revisão Tarifária Quinquenal, que consiste na análise do cumprimento das metas previstas no contrato de concessão entre companhia e governo estadual. Após avaliação dos investimentos realizados e dos objetivos alcançados no período, a ARSESP deliberou redução média de 31,8% das margens da Companhia.

Atividade Comercial

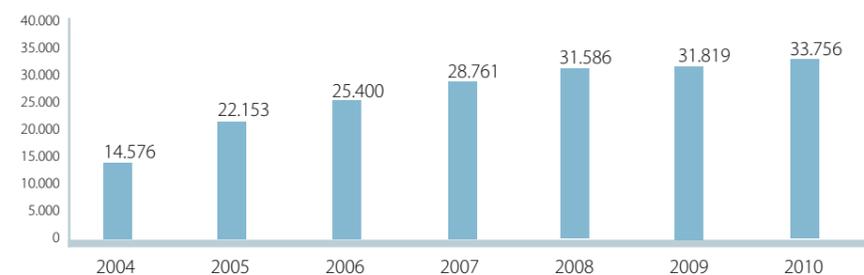
Dois fatores importantes contribuíram para a competitividade das tarifas praticadas em 2010: a redução das margens, com a Revisão Tarifária Quinquenal pelo órgão regulador, e os reflexos da queda das tarifas praticadas em dezembro de 2009.

Diante desse cenário de maior competitividade e com a economia aquecida em 2010, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu início ao fornecimento de gás natural para residências em mais um município – Laranjal Paulista – e igualmente expandiu sua infraestrutura de distribuição para novos bairros de Itu. Da

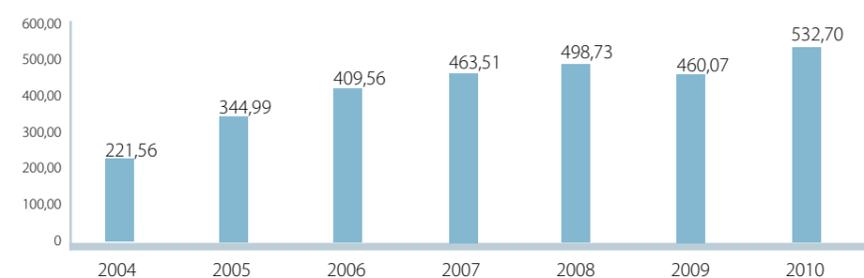
mesma forma, continuou avançando nos mercados já atendidos, saturando a malha já existente e concentrando seus esforços em novas edificações lançadas durante o ano.

Esta estratégia fez com que a Companhia obtivesse resultados acima das melhores previsões anuais, ainda que menos arrojados que os inicialmente planejados em 2010. As captações e altas de clientes fecharam o ano, respectivamente, com o dobro (105% e 91%) de 2009. O número total de usuários chegou a 33,7 mil em 2010, um crescimento de 6% na comparação com 2009.

Números de clientes



Evolução do volume



O volume total de gás natural distribuído em 2010 foi de 1,459 milhão de m³/dia, ou 532,6 milhões de m³/ano, montante 16% maior que a soma de 2009. Os investimentos totais realizados ficaram em R\$10,8 milhões no ano.

Os resultados financeiros foram destacadamente positivos, já que as margens da Companhia foram reduzidas com a Revisão Tarifária Quinquenal. Este impacto foi compensado, em grande parte, pela adesão das indústrias ao 6º e 7º leilões de gás da Petrobras, com volume adicional total distribuído de 49,5 milhões de m³ no ano.

O EBITDA registrado foi de R\$131 milhões, 5% a mais que em 2009. A Receita Líquida foi de R\$91,3 milhões ou 10,7% superior à registrada no ano anterior.

Residências

Com as tarifas mais atrativas em 2010, o número de usuários residenciais cresceu 6,1%, chegando a 32,6 mil no final do ano. Grande contribuição para este número veio das novas edificações, que somaram 821 altas em 2010.

As vendas totais para o segmento residencial, porém, ficaram pouco abaixo do volume registrado no ano de 2009, atingindo 4,5 milhões de m³/ano. Este comportamento é reflexo do uso consciente do gás natural pelos usuários.

Dando sustentação para as atividades comerciais nesse segmento, foram desenvolvidas campanhas de comunicação, que trabalharam os atributos do gás natural, como segurança, conforto, praticidade e vantagem econômica, além de promoções em condomínios.

Comércios

O segmento comercial cresceu em número de usuários na mesma proporção que o residencial, em 6%, fechando o ano com 908 clientes. Para os comércios, além de uma energia competitiva, o gás natural é, cada vez mais, reconhecido como uma alternativa segura, ininterrupta e ambientalmente correta, em cumprimento às exigências dos serviços de primeira necessidade, tais como hospitais, creches, centros de saúde, casas de detenção, entre outros.

As vendas, porém, ficaram 2,4% abaixo que o registrado em 2009, com 4,3 milhões de m³/ano. Isso se deu, também, em razão da prática do uso consciente do gás natural pelos usuários.

Indústrias

As vendas de gás natural canalizado para o setor industrial acompanharam o crescimento da produção industrial em 2010. Sendo assim, o volume distribuído apresentou alta de 17,4%, na relação com 2009, atingindo 507,2 milhões de m³ no ano.

Com a economia aquecida, as indústrias demandaram gás adicional e encontraram nos leilões da Petrobras uma alternativa econômica, contratando outros 49,5 milhões de m³/ano.

O número de clientes industriais, porém, se manteve praticamente estável, com 197 usuários na região atendida.



Serviços a Clientes

Gás Natural Veicular

Em 2010, as vendas de GNV (gás natural veicular) seguiram em patamares menores que os de 2009, em razão do desaquecimento do setor, ainda sofrendo com o desestímulo por parte do governo federal.

Para fomentar o setor, no segundo semestre do ano, a Empresa realizou campanha de comunicação, que conseguiu fazer aumentar o número de conversões de veículos para o gás natural e diminuir os índices de retirada de kits a GNV dos automóveis, ainda que por um período de alguns meses. As vendas, no entanto, não apresentaram alta, mas foi controlada a tendência de queda.

Sendo assim, as vendas de GNV terminaram 2010 com 16,5 milhões de m³ distribuídos no ano, 12,4% abaixo do fornecido em 2009. O número de postos de distribuição de GNV contabilizou um desligamento, baixando para 30, em toda a região atendida.

Número de Clientes	2009	2010	Variação %
Residencial	30.733	32.621	6,1
Comercial	857	908	6,0
Industrial	198	197	-0,5
Postos de GNV	31	30	-3,2
TOTAL	31.819	33.756	6,1%

Vendas (Mm ³)	2009	2010	Variação
Residencial	4,68	4,58	-2,24
Comercial	4,43	4,33	-2,40
Industrial	432,08	507,27	17,40
Postos de GNV	18,88	16,53	-12,45
TOTAL	460,07	532,70	15,79

Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa destacou-se pelos índices de satisfação quanto aos serviços prestados, além de outros indicadores de desempenho do setor de Serviços a Clientes.

O Índice Global de Satisfação de Clientes fechou 2010 em 87,7%, acima dos 82,6% de 2009. Este avanço é reflexo, dentre outros, da confiabilidade no fornecimento contínuo (sem interrupções) do gás natural, da melhoria da imagem da companhia, do cumprimento das expectativas quanto ao preço praticado e do incremento do índice de lealdade dos clientes.

Contribuíram para essas percepções favoráveis as ações internas de melhoria dos processos e as externas, de fortalecimento da imagem da Empresa atrelada à responsabilidade social corporativa.

Dentre as ações internas, vale ressaltar a Campanha VIP Vantagens Naturais 2010, que envolveu todas as áreas da Empresa que se relacionam com clientes. Ao longo do ano, o programa premiou as áreas que se destacaram pela superação consecutiva dos resultados obtidos quanto ao tempo médio de resposta ao usuário e atendimento dentro do prazo, além da redução do número de insatisfações. Além disso, foram realizados treinamentos para as empresas prestadoras dos serviços de atendimento, operações e leitura, o que garantiu melhores resultados e conformidade dos processos. Um dos destaques foi o índice de 90% de satisfação com o atendimento presencial.

A implantação da leitura de consumo de gás natural via celular, em linha com os processos do Grupo Gas Natural Fenosa, igualmente trouxe melhor custo-benefício e maior precisão ao processo de medição.

Paralelamente, os índices de morosidade da Companhia ficaram todos abaixo do planejado para o ano, com ênfase para o segmento industrial, em quase zero. Nessa mesma frente, o projeto de fidelização de clientes findou o ano com um alto índice de retenção de baixas, de 42%.

A atenção com os serviços *on line* igualmente foi foco do setor em 2010, o qual continuou buscando novas ferramentas para facilitar e tornar mais rápido o atendimento ao cliente, ao mesmo tempo em que reduzindo despesas para a Empresa.

Índice Global de Satisfação de Clientes

	2009 (%)	2010 (%)
Global Gas Natural Fenosa SP	82,6	87,7
Reclamações Gas Natural Fenosa SP	63,8	66,1
Call Center Gas Natural Fenosa SP	85,4	80,3
Agências Gas Natural Fenosa SP	87,9	90



Atividade Técnica

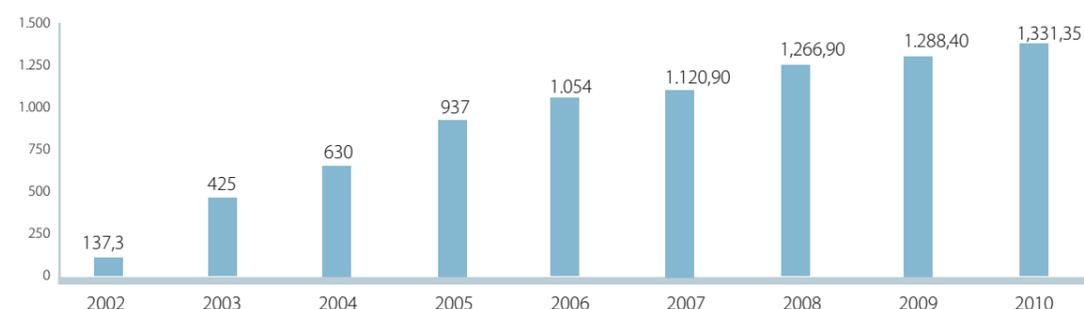
A Gas Natural Fenosa expandiu sua rede, ao iniciar o fornecimento de gás natural canalizado para residências em mais uma cidade – Laranjal Paulista – e em novos bairros de Itu, além de saturar a malha já existente nos demais municípios. Com isso, foi construído grande número de ramais (1.168) e 44 km de redes no ano, terminando 2010 com 1.331,35 km, sendo a terceira maior distribuidora de gás natural canalizado do País em infraestrutura de distribuição.

Encerrou 2010 com índice de 91,7% de satisfação com o Serviço de Urgências. Com a execução do remanejamento de um trecho de 1,3 km

de gasoduto com 16 polegadas de diâmetro, próximo à Rodovia Castello Branco, viabilizou a liberação da área para a implantação da indústria Toyota no município de Sorocaba.

Quanto à confiabilidade e segurança do sistema, foram realizadas inspeções preventivas em 100% das redes de alta e média pressão e efetuadas mais de 4.100 inspeções preventivas em instalações auxiliares, com o propósito de assegurar as condições ideais de operação. Adicionalmente, houve a implantação do sistema de telemedição em 50 clientes industriais, para o acompanhamento dos consumos remotamente e em tempo real.

Crescimento das redes (km)



Pesquisa e Desenvolvimento

Com recursos destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa, em parceria com o SENAI Sorocaba, formou mais 41 profissionais em cursos técnicos na área de gás natural. Treinados gratuitamente, muitos desses profissionais foram absorvidos para trabalhar em empresas prestadoras de serviços para a Gas Natural Fenosa e recolocados no mercado de trabalho.

Recursos Investidos

Os investimentos totais somaram R\$10,8 milhões em 2010, em linha com o aporte realizado em 2009. Desse total, pouco mais de R\$4 milhões foram destinados especificamente à construção de infraestrutura de distribuição.

Qualidade

Os padrões de qualidade da Empresa sustentaram-se os mais elevados, com a manutenção do Certificado de Qualidade ISO 9001:2008.

Sumário Financeiro

Receita Líquida

Em 2010, a Receita Líquida da Companhia correspondeu à R\$417.059, superando o ano anterior em 1,69%. O resultado reflete o aumento do volume de gás fornecido à indústria, por meio dos leilões de gás natural de curto prazo realizados pela Petrobras, compensando a redução do consumo de gás natural pelos setores residencial, comercial e GNV (gás natural veicular), em comparação com o ano de 2009, aliado à queda das tarifas praticadas aos clientes, decorrente da redução das margens da Companhia, após a Revisão Tarifária Quinquenal.

Lucro Bruto

A Companhia obteve um Lucro Bruto de R\$161.803 no exercício de 2010, cerca de 13% menor do que o obtido no exercício anterior, basicamente pelo o impacto da redução de 38,1% das margens da Companhia, após a Revisão Tarifária Quinquenal.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi impactado, principalmente, pelos custos financeiros das operações de financiamento da Empresa, no

valor de R\$6.158 mil. No entanto, a política de gestão conseguiu minimizar esses efeitos e o resultado financeiro, que em 2009 foi de R\$19.214 mil, chegou a R\$3.895 mil, representando uma queda de 79,7%, com significativa redução da dívida financeira.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2010	2009	Varição (R\$)	Varição (%)
Resultado Financeiro	-3.895	-19.214	15.319	-79,73

Lucro Operacional

O Lucro Operacional da Companhia em 2010 foi R\$94.001, apresentando uma queda de R\$32.804 em relação ao ano anterior, também impactado pelas reduções impostas na revisão tarifária.



Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2010 foi de R\$91.378, apresentando um aumento de pouco mais de 10% em comparação com o ano de 2009, influenciado pela melhora significativa do Resultado Financeiro.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2010	2009	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita Líquida das Vendas e Serviços	417.059	410.135	6.924	1,69
Lucro Bruto	161.803	187.748	-25.945	-13,82
Lajida (EBITDA)	131.02	163.979	-32.958	-20,10
Lucro Operacional	94.001	126.805	-32.804	-25,87
Lucro Líquido do Exercício	91.378	82.487	8.891	10,78

Lajida (EBITDA)

O Lajida registrado foi de R\$131.021, com redução de 20% em relação ao ano de 2009.

LAJIDA	2010	2009	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	131.021	163.979	-32.958	-20,10
Lucro antes do Resultado Financeiro	94.001	126.805	-32.804	-25,87
Depreciação e Amortização	36.902	36.327	575	1,58
Perdas e Recuperação de Créditos	118	847	-729	-86,07

Remuneração aos acionistas

De forma a permitir uma solução de continuidade do programa de investimentos da Companhia e visando não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$35.391 milhões, a título de juros sobre o capital próprio, já aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas (realizada no dia 22 de dezembro de 2010).

Esse valor representa 38,73% do Lucro Líquido do exercício. Do restante, 52,98% serão utilizados para absorver os prejuízos acumulados de anos anteriores e 8,29%, para constituição de reservas.

Esta proposta foi apreciada na Assembléia Geral de Acionistas, realizada no mês de abril de 2011.

Financiamentos

As ações da Empresa se mantiveram pautadas no financiamento por meio de recursos financeiros provenientes das linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Seguindo o planejamento estabelecido, a Gas Natural Fenosa recebeu, em 2010, financiamento de R\$2,1 milhões, referente aos investimentos realizados no último trimestre do ano de 2009.

Esse financiamento é destinado aos projetos de expansão e saturação das redes de distribuição de gás natural canalizado em municípios integrantes da área de concessão da Empresa. Os valores recebidos foram aprovados nas seguintes condições: prazo de 96 meses, com carência de 6 meses e amortização em 90 meses, e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2011, a Empresa tem como meta manter o perfil de financiamento atual, buscando as melhores condições de empréstimo.

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia estava representado por 595.799.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no Capital Social (%)
Gas Natural SDG S.A.	99,99
Gas Natural Serviços S.A.	0,01

Panorama Tributário

Para atendimento da Instrução Normativa RFB nº 1.052/2010, dos Atos Declaratórios Executivo 37, que instituem e definem o *layout* do SPED EFD – PIS/COFINS – Sistema Público de Escrituração Digital e Contribuição para o PIS/COFINS, e do Ato Cotepe nº 38/2009, que insti-

tiu Escrituração Fiscal Digital para os registros pertinentes ao Livro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), a Companhia iniciou o mapeamento para esses projetos que, no caso do SPED EFD PIS/COFINS, teve o prazo de implantação adiado pela Instrução Normativa RFB nº 1.161/2011, passando de abril de 2011 para fevereiro de 2012 e, no caso do SPED EFD CIAP, teve como prazo para implantação o mês de janeiro de 2011.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação e visando desenvolver novas oportunidades de planejamento tributário, principalmente, no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

	2010	2009	Varição (%) 2010/2009
COFINS	13.564	12.026	13
PIS	2.944	2.611	13
IRPJ	6.292	7.263	-13
CSLL	5.533	5.814	-5
IOF	110	356	-69
CPMF	0	0	0
ARSESP	1.844	1.500	0
ICMS	23.042	23.059	23
IPVA	22	31	-0,07
IPTU	0	0	29
ISS	8	18	0
TOTAL	53.359	52.678	1



A blurred background of a busy office kitchen. In the foreground, a person's hands are visible, one holding a large glass pitcher filled with a yellow liquid. On the table, there is a plate with sliced lemons and a whole orange, a black mug, and a wooden cutting board. A colorful butterfly with yellow, orange, and black wings is flying in the upper right corner. The overall scene is bright and active, suggesting a collaborative work environment.

**Uma empresa que
pensa e investe
no futuro.**

Responsabilidade Social Corporativa

Público Interno

A Gas Natural Fenosa deu continuidade à nova fase de relacionamento com o público interno, por meio da manutenção e implantação de uma série de programas voltados para treinar, desenvolver e reconhecer seus colaboradores, além de melhorar o clima laboral. Foram ações destinadas à promoção de um entorno de trabalho motivador e à geração de oportunidades de desenvolvimento para todos os seus profissionais.

Com o objetivo de fomentar a proximidade com a Direção e facilitar a troca de informações e comunicação da Diretoria com os colaboradores, teve continuidade o projeto "Café da manhã com a Direção". Esta ação implicou na organização de uma sessão com a Diretoria, que recebeu todos os profissionais da Empresa. Com isso, formou-se um foro de intercâmbio de opiniões sobre temas de interesse do público interno.

Adicionalmente, foram realizados quatro encontros dos colaboradores com o Comitê de Gestão da Gas Natural Fenosa em São Paulo, de forma a promover a sinergia entre

as áreas e a integração de toda a equipe com o negócio, potencializando os resultados da Empresa e criando um clima de cooperação entre os profissionais.

Na busca por conseguir cada vez mais o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e financeira, a Empresa prosseguiu com o Programa de Qualidade de Vida. Foram realizadas sessões de *shiatu* e reflexologia para os colaboradores, ginástica laboral, caminhada ecológica, palestras sobre saúde, alimentação, segurança e finanças. Celebraram-se, junto com os colaboradores, as datas comemorativas ao longo do ano: Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Saúde, Páscoa, Dia das Mães, Copa do Mundo, Dia Mundial Sem Tabaco, Dia Internacional do Homem, Dia dos Pais, Dia da secretária, Dia das Crianças e Natal.

Através do Programa de Reconhecimento do Empregado, a Empresa igualmente vem valorizando as equipes e profissionais de alta *performance*.



Oportunidades de Desenvolvimento

A Gas Natural Fenosa realizou um evento denominado Carreira em Foco. Durante 2 dias, os funcionários ouviram depoimentos de pessoas que fizeram carreira no Grupo, assistiram a palestras de consultores e especialistas em RH sobre autodesenvolvimento e gestão de carreiras e tiveram a oportunidade de refletir sobre seu futuro e crescimento profissional. Além disso, os funcionários tiveram acesso às trilhas de carreiras definidas, possibilitando a visualização das perspectivas de carreira dentro da Empresa.

O evento reafirmou o compromisso da Empresa com o desenvolvimento profissional de seus funcionários. O programa de mobilidade interna também foi apresentado como uma importante iniciativa para ampliar as oportunidades de desenvolvimento e crescimento dentro da Organização, criando uma série de oportunidades: do total de vagas oferecidas pela Organização, 67% foram preenchidas por colaboradores.

Também foram investidos R\$88.488 em mais de 3 mil horas de capacitação para os colaboradores.

O Programa Bolsa de Estudos tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento profissional dos empregados, por meio de sua formação acadêmica. Desde 2006, 14 bolsas foram concedidas e 6 delas estavam ativas em 2010, sendo 4 de cursos de graduação e 2 de pós-graduação. Os cursos necessitam estar de acordo com os objetivos da Empresa.

Foi realizado o terceiro ciclo do Programa de Avaliação de Desempenho, em que a Gas Natural Fenosa conseguiu identificar o potencial de contribuição e os aspectos que necessitam ser desenvolvidos em seus colaboradores. O processo de avaliação é composto de duas etapas: (1) Avaliação (Avaliação do empregado pelo gestor da área e autoavaliação do empregado) e (2) Entrevista de *Feedback* (reunião individual marcada pelo gestor com o empregado, quando conversam sobre desempenho e ações de melhoria a serem tomadas). Todos os empregados foram devidamente avaliados e treinados em como fazer esta avaliação e dar e receber *feedback*.



Políticas de Benefícios

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus funcionários uma Política de Benefícios diversificada e abrangente, a Empresa contou, no ano de 2010, com 17 tipos de benefícios, entre os quais destacam-se: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale-refeição, Cesta Básica e Empréstimo Emergencial.

A Empresa, em 2010, também implementou a opção da extensão da licença maternidade de 4 para 6 meses.

Além disso, proporcionou aos funcionários adquirir *kit* de gás natural veicular (GNV) com preço especial e podendo realizar o pagamento via desconto em folha de pagamento, com parcelamento em até 24 vezes.

Flexibilidade

Na Gas Natural Fenosa, a jornada de trabalho, exceto para os empregados de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto para a entrada, quanto para a saída. Os funcionários podem chegar à empresa até 1 hora depois do horário estabelecido em seu contrato de trabalho, devendo compensar no horário de saída.

Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os empregados são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela Empresa.

No ano 2010, às sextas-feiras, no período de horário de verão, a jornada de trabalho foi reduzida em 2 horas, mediante compensação ao longo do ano.

Relacionamento com a sociedade

A avaliação positiva da imagem da Companhia pelos usuários, em 2010, igualmente contribuiu para elevar o Índice Global de Satisfação de Clientes. Colaboraram para o fortalecimento da marca da Empresa, dentre outras importantes ações realizadas para a melhoria contínua dos serviços prestados, os vários projetos de responsabilidade social, cultural e ambiental promovidos na área de atuação, em linha com a Missão, a Visão e os Valores do Grupo.

Esses projetos igualmente propiciaram maior identificação dos vários públicos-alvo com a marca Gas Natural Fenosa, presente em milhares de lares na região, todos os dias.

Ações Sociais

• 400 Anos de Itu

Patrocínio da Caminhada Cultural "400 anos de Itu – Do Império à Modernidade", em comemoração aos 400 anos da cidade, em fevereiro de 2010. Para representar a modernidade e o advento das novas tecnologias, trazendo conforto e segurança à população, foi realizada uma grande caminhada cultural, com mais de 500 participantes, e acesa uma pira a gás natural em praça pública, durante cerimônia que contou com a participação do Prefeito de Itu e várias outras autoridades.

• Empresa Amiga Solidária

Reconhecimento, pelo quinto ano consecutivo, como "Empresa Amiga Solidária", pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sócio-cultural de 300 crianças e adolescentes carentes.

• Campanha do Agasalho

Doação de 875 cobertores ao Fundo Social de Solidariedade de Itu e ao Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo para a Campanha do Agasalho 2010. Participando da campanha desde 2004, a Empresa dobrou suas doações na comparação com o ano de 2009.

• Campanha de Dia das Crianças

Em parceria com as indústrias de brinquedos clientes Cotiplás e Super Toys e o apoio das Prefeituras de Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva e Tatuí, a Gas Natural Fenosa promoveu a entrega de 400 brinquedos às crianças carentes atendidas por instituições filantrópicas nessas cidades. Os colaboradores da Empresa também se engajaram na campanha, doando brinquedos.

• McDia Feliz

A Gas Natural Fenosa em São Paulo proporcionou um dia diferente às crianças vítimas de maus-tratos e abandono assistidas pela Casa do Menor

de Sorocaba, doando 90 vales Big Mac do McDia Feliz, por meio do programa interno Gentileza, do Grupo Gas Natural Fenosa do Brasil. Todos os recursos arrecadados com a venda de Big Macs, durante o McDia Feliz, foram revertidos em prol do Hospital do Câncer Infantil, mantido pelo GPACI (Grupo de Apoio de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil), em Sorocaba. A área de Serviços a Clientes igualmente adquiriu 300 tickets do McDia Feliz, destinando parte para clientes que aderiram ao serviço de débito automático e parte para as crianças da Casa do Menor.

Doações

• Cestas de Natal

Doação de alimentos para o Fundo Social de Solidariedade de Porto Feliz e de Laranjal Paulista, para compor cestas de Natal entregues a 8.500 crianças de famílias carentes dessas cidades. Foram entregues mais de 100 cestas básicas ao Fundo Social de Solidariedade de Boituva para compor as cestas de Natal, que foram destinadas a famílias carentes da cidade.



Ações Ambientais

• Programas de Reciclagem

Papéis, jornais e plástico

Renovada a parceria com a ONG Catares, integrante do projeto de reciclagem da Prefeitura de Sorocaba, para o reaproveitamento dos papéis, papelões e jornais em desuso pelos colaboradores da Empresa, além do plástico das canoplas inutilizadas de medidores de consumo de gás natural. Em 2010, apenas entre papéis e papelões, foram reciclados cerca de 100 quilos. Os recursos provenientes da reciclagem de todos os materiais são totalmente revertidos à ONG.

Pilhas e baterias de celular

Como um ponto de coleta de pilhas e baterias de celular, em parceria com a ONG Iviso (Instituto Viver de Sorocaba), a Empresa destinou, durante o ano de 2010, 100 quilos destes materiais para reciclagem, evitando os danos ao meio ambiente e à saúde provocados pelo descarte desse material na natureza.

Cartuchos e tonners

Entrega de 102 unidades, entre cartuchos, tonners e monitor de computador, para as entidades sociais Casa do Menor e Abeph, de Sorocaba, para fins de reciclagem e captação de recursos em benefício de suas causas.

• V Simpósio de Meio Ambiente da Unimed Sorocaba

Participação no "V Simpósio de Meio Ambiente", realizado pela Unimed Sorocaba, em novembro de 2010. A Unimed Sorocaba aposta na alternativa de fornecimento de gás natural para seu hospital como fonte de energia moderna e ecologicamente moderna. O Simpósio reuniu especialistas brasileiros em temas ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade.

• Dia Mundial da Água

Como parte das atividades em comemoração ao Dia Mundial da Água e a Semana do Rio Sorocaba, promovidas pela Prefeitura de Sorocaba, por intermédio da Secretaria do Meio

Ambiente, a Gas Natural Fenosa em São Paulo trouxe a Sorocaba o cantor e compositor Renato Teixeira, por meio de seu projeto cultural Tom Natural. Antes da apresentação do cantor, houve distribuição de mudas de árvores e a realização de oficinas de plantio.

• Semana do Meio Ambiente

Foram Plantadas 900 mudas de árvores nativas no Parque Municipal Ecológico Maria Tuca, em Tatuí, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, durante a Semana do Meio Ambiente, em junho. A ação contou com a participação de 70 estudantes de 3ª a 5ª séries de escolas municipais. Antes disso, a Gas Natural Fenosa em São Paulo distribuiu cartilha com dicas de hábitos de vida sustentáveis e ecologicamente corretos, além de um kit com semente de árvore nativa para plantação pela população e também tirou dúvidas e deu informações sobre o gás natural e suas aplicações.



• Semana da Árvore

Participação nas comemorações da Semana da Árvore da Prefeitura de Sorocaba, em setembro, com a distribuição de camisetas temáticas e recipientes confeccionados em material ecológico, que serviram como vaso para transportar as mudas de plantas que foram distribuídas pela Secretaria do Meio Ambiente.

Ações Culturais

• Projeto Tom Natural Sorocaba, Itu e Salto

O projeto cultural Tom Natural é promovido pela Gas Natural Fenosa em São Paulo com recursos do ICMS, por meio do Programa de Ação Cultural (Proac), do Governo do Estado de São Paulo. O programa recebe o apoio das Secretarias da Cultura de Sorocaba, Itu e Salto, nesta última cidade tendo estreado em 2010. Compreende apresentações de música instrumental para todos os gostos, quinzenalmente, em praça pública, privilegiando os artistas da região e com *performances* especiais esporádicas de grandes nomes da música brasileira. Em 2010, foram realizadas 28 apresentações em Sorocaba, 8 em Itu e 8 em Salto.

• Aniversário de Sorocaba

Participação das comemorações do aniversário de 356 anos da cidade de Sorocaba, em agosto, com *show* especial do cantor Tom Zé, no Parque das Águas, por meio do projeto cultural Tom Natural.

• Outubro Rosa

O projeto Tom Natural em Sorocaba promoveu uma edição especial pela cura e prevenção

do câncer de mama, em 23 de outubro de 2010, na Praça Carlos Alberto de Souza (Parque Campolim). O *show* aconteceu em apoio ao evento "2ª Caminhada Outubro Rosa", que integrou as atividades do Grupo Andanças, formado por mulheres de Sorocaba da região em tratamento ou em recuperação do câncer de mama. Em apoio à causa do Grupo Andanças, a sede da empresa Gas Natural Fenosa, em São Paulo, permaneceu iluminada de rosa nas noites de 22 e 23/10. O intuito foi unir esforços para a conscientização da população sobre a importância da prevenção para a cura da doença que atinge o público feminino.

• Cantata de Natal

Patrocínio, pelo terceiro ano consecutivo, da Cantata de Natal, um grande espetáculo de música, teatro e dança, promovido pela Secretaria da Cultura de Sorocaba na antiga Estação Ferroviária e realizado pelas crianças e adolescentes integrantes de projetos sócio-culturais da Prefeitura. Em 2010, o público presente nos quatro dias de apresentação somou mais de 6 mil pessoas.



Demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter a segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

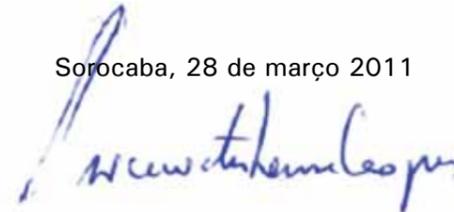
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

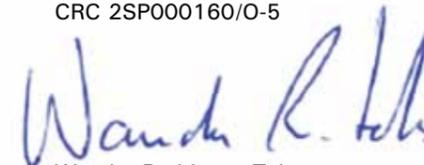
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Sorocaba, 28 de março 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Wander Rodrigues Teles
Contador CRC DF005919/O-3 "S" SP

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	40.984	16.052	958
Contas a receber de clientes (Nota 7)	54.141	53.125	48.872
Estoques (Nota 8)	1.200	1.024	828
Tributos a recuperar (Nota 9)	1.707	1.910	7.559
Partes relacionadas (Nota 10)		29	22
Despesas antecipadas	41	141	94
Demais contas a receber	193	152	201
Adiantamentos a fornecedores	3	94	
	98.269	72.527	58.534
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar (Nota 9)	1.173	1.180	2.046
Débitos restituíveis (Nota 11)	521	521	194
Ativos fiscais diferidos (Nota 12 (a))	28.599	15.639	30.786
Demais contas a receber	234	93	119
Depósitos judiciais	66	183	
	30.593	17.616	33.145
Intangível (Nota 13)	617.029	637.480	657.485
Diferido (Nota 14)	22.103	28.301	34.499
	669.725	683.397	725.129
Total do ativo	767.994	755.924	783.663

Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	7.460	56.148	137.584
Fornecedores (Nota 16)	30.355	27.972	41.541
Obrigações trabalhistas a pagar	246	248	275
Tributos a pagar (Nota 17)	6.165	4.503	3.223
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.939	226	530
Partes relacionadas (Nota 10)	2.998	6.735	5.850
Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 20)	9.599		
Demais contas a pagar	127	156	37
	59.889	95.988	189.040
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	18.972	46.901	60.706
Tributos a pagar (Nota 17)		737	986
Provisão para contingências (Nota 18)	925	891	65
	19.897	48.529	61.757
Patrimônio líquido (Nota 19)			
Capital social	654.841	626.630	604.270
Prejuízos acumulados		(48.412)	(97.710)
Reservas de lucros	33.367	33.189	26.306
	688.208	611.407	532.866
Total do passivo e patrimônio líquido	767.994	755.924	783.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
Receita líquida (Nota 21)		
Venda de gás	406.902	400.446
Contratos de construção	9.648	9.066
Outras receitas	509	623
	<u>417.059</u>	<u>410.135</u>
Despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	-245.608	-213.321
Custo dos contratos de construção	-9.648	-9.066
Pessoal	-3.504	-3.277
Utilidades, materiais e serviços	-3.528	-3.611
Serviço de manutenção	-3.404	-3.315
Serviços de profissionais independentes e contratados	-9.185	-6.052
Publicidade e propaganda	-1.480	-1.207
Despesas com <i>royalties</i> (Nota 10)	-5.718	-2.481
Aluguéis	-649	-508
Depreciações e amortizações (inclusive concessão e redes de gás)	-36.902	-36.327
Outras, líquidas	-3.432	-4.165
	<u>-323.058</u>	<u>-283.330</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>94.001</u>	<u>126.805</u>
Resultado financeiro (Nota 22)		
Receitas financeiras	2.848	2.316
Despesas financeiras	-7.029	-29.010
Atualizações monetárias líquidas	286	7.480
	<u>-3.895</u>	<u>-19.214</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>90.106</u>	<u>107.591</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12(c))		
Correntes	-11.689	-9.958
Diferidos	12.961	-15.146
	<u>91.378</u>	<u>82.487</u>
Lucro líquido do exercício	<u>91.378</u>	<u>82.487</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares) (Nota 19 (a))	595.800	595.800
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$	<u>153,37</u>	<u>138,45</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de lucros			Capital social	Total
	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Legal		
Em 1º de janeiro de 2009				604.270	532.866
Integralização de capital (Nota 19 (a))	26.306	(97.710)		22.360	(3.946)
Lucro líquido do exercício		82.487			82.487
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)	33.189	(33.189)			
Em 31 de dezembro de 2009	33.189	(48.412)		626.630	611.407
Integralização de capital (Nota 19 (a))				28.211	(4.978)
Lucro líquido do exercício		91.378			91.378
Destinação do lucro:					
Reserva legal			4.569		(4.569)
Reserva de expansão			3.007		(3.007)
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 20)	25.791	(35.390)			(9.599)
Em 31 de dezembro de 2010	25.791	25.791	4.569	654.841	688.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	90.106	107.591
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido (Notas 13 e 14)	36.902	36.327
Resultado na baixa do intangível	-1	-67
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	6.384	22.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	-52	440
Provisão para contingências (Nota 18)	34	826
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	-964	-4.693
Estoques	-176	-196
Tributos a recuperar	210	6.515
Outros ativos	126	-576
Fornecedores	2.383	-13.569
Obrigações trabalhistas a pagar	-2	-27
Tributos a pagar	925	1.031
Partes relacionadas	-3.737	878
Outros passivos	-29	119
Caixa proveniente das operações	132.109	156.723
Juros pagos	-7.339	-37.312
Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.947	-10.261
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 20)	-4.978	-3.946
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	110.845	105.204
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível (Nota 13)	-10.297	-10.147
Recebimento pela venda de ativo intangível	45	90
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-10.252	-10.057
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	-77.729	-114.845
Ingresso de empréstimos	2.067	34.792
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-75.662	-80.053
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	24.932	15.094
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.052	958
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	40.984	16.052

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 18/03/2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.



(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes” e “partes relacionadas”, “demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.5 Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não possui derivativos designados como instrumentos de *hedge*.

As variações no valor justo de instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. Para os produtos acabados, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de compra e as despesas de venda. Para os itens de almoxarifado, o valor líquido realizável é o seu custo de reposição.



2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 12).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição. O valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados (dois anos após o início da concessão).

Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida quanto ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC05, a Administração

entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (*softwares*)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

(iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.10 Diferido

(i) Despesas pré-operacionais

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(ii) Instalações internas – captação

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme a Lei 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, convertida na Lei 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 14.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão

sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2010.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Benefícios a empregados - Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Em 29 de maio de 2008, a Companhia foi autorizada pelo órgão regulador, a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, a efetuar, dentro de suas políticas tarifárias internas, o complemento em suas tarifas de venda de gás, em R\$0,04/m³, durante o prazo de 24 meses para recebimento do montante de R\$48 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida nos 3 primeiros anos do segundo ciclo tarifário. Este valor, acrescido na margem, é chamado de “Termo de Ajuste K”. Esse complemento nas tarifas foi aplicado até 31 de maio de 2010, onde se encerrou o 2º ciclo tarifário. Para aplicação no 3º ciclo tarifário, foi verificada a existência de um saldo de diferenças de margens referente a todo o 2º ciclo tarifário no montante total de R\$60,8 milhões, onde este será recuperado nos próximos 3 anos. Para este 1º ano do 3º ciclo (jun-10 a mai-11), o valor do Termo de Ajuste K aplicado sobre as margens será de R\$0,05 m³.

Em maio de 2010, encerrou-se o processo de Revisão Tarifária, resultando numa redução das margens máximas permitidas para o 3º ciclo tarifário.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida como resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3 Estimativas contábeis críticas

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita de venda de gás são efetuadas estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$21.424 (2009 – R\$21.325).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa o seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Total dos empréstimos (Nota 15)	26.432	103.049	198.290
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(40.984)	(16.052)	(958)
Dívida líquida		86.997	197.332
Total do patrimônio líquido	688.208	611.407	532.866
Total do capital	688.208	698.404	730.198
Índice de alavancagem financeira - %		12	27

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2010 e o crescimento da disponibilidade de caixa. Até 2009 a Companhia possuía prejuízo acumulado de exercícios anteriores ainda não compensados e por esse motivo não havia distribuição de resultado aos acionistas.

5 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e contas correntes bancárias	3.122	1.804	958
Certificados de depósitos bancários - CDB (i)	37.862	14.248	
	40.984	16.052	958

(i) Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,0% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, podendo ser resgatados a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

7 Contas a receber de clientes

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Segmento comercial / residencial	1.378	1.917	1.880
Segmento industrial	32.099	31.067	25.916
Fornecimento de gás medido e não faturado	21.424	21.325	19.657
Equipamentos	440	339	588
Outras		(271)	1.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.200)	(1.252)	(812)
	54.141	53.125	48.872

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa o seu valor justo.

A totalidade dos créditos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos.

Após 30 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais e comerciais têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso em 60 dias.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	33.443	30.655	36.672
Até três meses	20.638	22.076	12.002
De três a seis meses	60	394	198
Acima de seis meses	1.200	1.252	812
	55.341	54.377	49.684

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	1.252	812
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.091	795
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.143)	(355)
Em 31 de dezembro	1.200	1.252

8 Estoques

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Produto acabado	264	236	431
Almoxarifado	934	782	394
Matérias-primas	2	6	3
	1.200	1.024	828

9 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	920	1.231	4.498
PIS - Programa de Integração Social	273	302	911
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.255	1.386	4.193
IRRF a compensar	432	171	
Outros			3
Total	2.880	3.090	9.605
Circulante	(1.707)	(1.910)	(7.559)
Não circulante - Realizável a longo prazo	1.173	1.180	2.046

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela de longo prazo refere-se a impostos na compra de ativos para a infraestrutura.

10 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as entidades ligadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo circulante - Partes relacionadas			
Gas Natural SDG, S.A.		29	20
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG			1
CEG RIO S.A.			1
		29	22
Passivo circulante - Partes relacionadas			
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	84	49	85
Gás Natural Serviços S.A.			204
Gas Natural SDG, S.A.	2.914	6.686	5.561
	2.998	6.735	5.850

(b) Transações

Despesas operacionais	2010	2009
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	701	673
Serviços de uso de <i>software</i>		
Gas Natural SDG, S.A.	(76)	97
<i>Royalties</i>		
Gas Natural SDG, S.A.	5.718	2.481
	6.343	3.251

O serviço de uso de *software* refere-se a contrato com a Gas Natural SDG, S.A. para uso de direitos dos *softwares* corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Em 05 de agosto de 2009 foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural SDG, S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (*Royalties*), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

11 Débitos restituíveis

A Companhia, em junho de 2002, firmou com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. contrato de aquisição de gás natural e serviços de transporte. Esse contrato tem cláusulas que preveem quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas a partir de seu quarto ano de vigência (2006). O não cumprimento destas cláusulas enseja o pagamento de diferenças, as quais poderão ser convertidas em créditos. Esses créditos poderão ser utilizados caso a Companhia venha a consumir tais quantidades mínimas dentro da vigência do contrato ou, no caso de seu não aproveitamento, converter-se-ão em multa. Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo não circulante - realizável a longo prazo			
Gás pago e não retirado (<i>Take or Pay-ToP</i>)	152	152	152
Capacidade de transporte paga e não utilizada (<i>Ship or Pay-SoP</i>)	369	369	42
	521	521	194

12 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º janeiro de 2009	22.637	8.149	30.786
Diferenças temporárias do exercício	8.107	2.919	11.026
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(8.860)	(3.190)	(12.050)
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(7.168)	(2.581)	(9.749)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(3.216)	(1.158)	(4.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	11.500	4.139	15.639
Diferenças temporárias do exercício	9.352	3.367	12.719
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	15.396	5.543	20.939
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(10.626)	(3.826)	(14.452)
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.593)	(1.653)	(6.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.029	7.570	28.599

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2009			6804
2010		8.445	23.982
2011	11.255	7.194	
2012	10.434		
2013	6.910		
	28.599	15.639	30.786

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.106	90.106	107.591	107.591
Despesa de imposto de renda e da contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(22.527)	(8.110)	(26.898)	(9.683)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	8.848	3.185	8.297	2.987
Adições líquidas	211	76	1.052	379
Incentivos fiscais	184		229	
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	10.726	3.706	(4.593)	(1.653)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de anos anteriores	3.749	1.350	3.216	1.158
Outros	(199)	73	303	102
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	992	280	(18.394)	(6.710)

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidão de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	405.023	1.684	2.149	248.629	657.485
Aquisições		115	682	9.350	10.147
Alienações				(23)	(23)
Ajuste		57	(57)		
Amortização	(18.912)	(66)	(705)	(10.446)	(30.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	386.111	1.790	2.069	247.510	637.480
Custo total	535.828	1.999	4.528	299.035	841.390
Amortização acumulada	(149.717)	(209)	(2.459)	(51.525)	(203.910)
Valor residual	386.111	1.790	2.069	247.510	637.480
Saldos em 1º de janeiro de 2010	386.111	1.790	2.069	247.510	637.480
Aquisições		61	192	10.044	10.297
Alienações				(44)	(44)
Amortização	(18.912)	(72)	(764)	(10.956)	(30.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	367.199	1.779	1.497	246.554	617.029
Custo total	535.828	2.060	4.720	309.035	851.643
Amortização acumulada	(168.629)	(281)	(3.223)	(62.481)	(234.614)
Valor residual	367.199	1.779	1.497	246.554	617.029
Taxas anuais de amortização (%)	3,5	3	20	11,2	

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante de R\$248.629 referente aos bens vinculados à concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.2(i), sendo que esses montantes são compostos pelos seguintes ativos:

	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	35		35
Edificações e obras civis	64	(33)	31
Rede de gás	268.181	(37.481)	230.700
Máquinas e equipamentos	2.759	(1.661)	1.098
Equipamentos de informática - <i>Hardware</i>	1.940	(1.003)	937
Móveis e utensílios	562	(271)	291
Veículos	890	(561)	329
Benfeitorias em imóveis de terceiros	240	(69)	171
Obras em andamento	15.037		15.037
	289.708	(41.079)	248.629

A rubrica "obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Araçariguama, Boituva, Cerquilha, Iperó, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim.

14 Diferido

	Despesas pré operacionais	Conversão - transformação de aparelhos	Instalações internas - captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	5.040	242	29.217	34.499
Amortização	(1.630)	(59)	(4.509)	(6.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.410	183	24.708	28.301
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(12.317)	(392)	(19.753)	(32.462)
Valor residual	3.410	183	24.708	28.301
Saldos em 1º de janeiro de 2010	3.410	183	24.708	28.301
Amortização	(1.630)	(59)	(4.509)	(6.198)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.780	124	20.199	22.103
Custo total	15.727	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(13.947)	(451)	(24.262)	(38.660)
Valor residual	1.780	124	20.199	22.103
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

15 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Financiamentos	26.342	31.426	34.798
Encargos provisionados sobre financiamentos	90	111	181
Linhas de crédito		70.577	151.816
Encargos provisionados sobre linhas de crédito		935	11.495
Total	26.432	103.049	198.290
Circulante	(7.460)	(56.148)	(137.584)
Não circulante - Exigível a longo prazo	18.972	46.901	60.706

Os contratos, em moeda nacional, denominados "linhas de crédito", correspondem a empréstimos firmados junto a instituições financeiras no Brasil para capital de giro e para aquisição de bens do imobilizado, principalmente na construção de redes de distribuição de gás. A Companhia terminou o ano com um custo médio de CDI - Certificados de Depósitos Interbancários + 0,7% ao ano (2009 - 1,0% ao ano).

Os contratos em moeda nacional, denominados "financiamentos", correspondem a contratos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de:

(i) Projeto de ampliação da rede de distribuição de gás nos municípios de Porto Feliz, Laranjal Paulista, Votorantim, Itu, Boituva e Iperó. Em garantia a esse financiamento foi concedida fiança bancária com custo de 0,6% ao ano.

(ii) Projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e possui como garantia, fiança bancária com custo de 0,9% ao ano.

O saldo desses financiamentos junto ao BNDES é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2009			
2010			21.967
2011		29.464	23.036
2012	7.370	6.994	6.566
2013	6.207	5.831	5.405
2014	2.589	2.214	1.791
2015	2.589	2.214	1.791
2016	217	184	150
	18.972	46.901	60.706

Os empréstimos e financiamentos são registrados a valores próximos dos de mercado, tendo em vista as condições de juros e demais encargos financeiros contratuais de cada operação. Os valores contábeis dos empréstimos aproximam-se de seu valor justo.



16 Fornecedores

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fornecedor de gás	23.934	22.594	36.531
Fornecedores de materiais e serviços	5.518	4.817	4.221
Retenções contratuais	903	561	789
	30.355	27.972	41.541

17 Tributos a pagar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4.314	2.948	3.861
PIS - Programa de Integração Social	263	357	
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.213	1.667	
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	12	15	15
Outros	363	253	333
Total	6.165	5.240	4.209
Circulante	(6.165)	(4.503)	(3.223)
Não circulante - Exigível a longo prazo		737	986

18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$925 (2009 – R\$891, 1º de Janeiro de 2009 – R\$ 65) para fazer face às perdas prováveis.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Quantidade de ações movidas por:			
Ex-empregados terceiros	48	43	61
Outros (Ministério Público, INSS)			1
	48	43	62

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que estas demandas são suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas. Nesse sentido, não houve necessidade de provisão para contingência laboral da Companhia, por serem consideradas de êxito baixo as reclamações.

O saldo das contingências para processos trabalhistas em dezembro de 2010 foi de R\$339, (2009 – R\$577; 1º de janeiro de 2009 – R\$582) sendo avaliada como risco de perda possível, para os quais não há necessidade de provisão neste momento. Há cauções retidas das empreiteiras para fazer face aos pagamentos de verbas trabalhistas, conforme consta nos contratos firmados. Está ocorrendo uma diminuição das reclamações trabalhistas por parte de ex-empregados de empreiteiras tendo em vista a melhoria na gestão dos contratos.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia:

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia:

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Quantidade de ações		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Gas Natural SDG, S.A.	595.799.876	595.799.876	595.799.876
Gas Natural Serviços S.A.	1	1	1
	595.799.877	595.799.877	595.799.877

A legislação brasileira determina que os investimentos estrangeiros devem ser registrados no Banco Central do Brasil – BACEN, a fim de permitir repatriação de capital e remessa de dividendos. O capital registrado no BACEN é de R\$592.639, equivalente a USD\$320.473 mil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.



Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2010, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$28.211 com a utilização do saldo dos juros sobre o capital próprio a pagar, sem emissão de novas ações, não registrado no BACEN.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2009, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$22.360 com a utilização do saldo dos juros sobre o capital próprio a pagar, sem emissão de novas ações, não registrado no BACEN.

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

(c) Reserva de expansão

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a Administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão no montante de R\$3.007, visando ao suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos da Companhia. Tal retenção foi constituída com base em orçamento de investimento previamente aprovado pela Administração da Companhia e serão apresentadas para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas a ocorrer em 2011, conforme preconizado pelo artigo 196 da Lei 6.404/76.

(d) Reserva de dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$25.791, provenientes de juros sobre o capital próprio apurados em 2010, a ser deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas, o qual foi mantido em reserva de "Dividendo adicional proposto", conforme disposto na interpretação ICPC 08.

20 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº. 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, a mensuração de juros sobre o capital próprio, cuja destinação será deliberada pela AGO de acionistas a ocorrer em 2011, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$35.390, o que representará, após impostos (15% de Imposto de Renda – IR na fonte), juros líquidos no valor de R\$30.082 (2009 – R\$ 33.189, após impostos, juros líquidos de R\$28.211), correspondente a R\$0,0505 (2009 – R\$0,0473) por ação foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	91.378	82.487
Compensação de Prejuízo	(48.412)	(82.487)
Constituição da reserva legal	(4.569)	
Base de cálculo dos dividendos	38.397	
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio	35.390	33.189
Reserva de Lucros para Expansão	3.007	
	38.397	33.189
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.599	

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	530.220	521.862
Impostos incidentes sobre vendas	-108.505	-106.392
Devoluções, descontos e abatimentos	-4.656	-5.335
Receita líquida	417.059	410.135

22 Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras - rendimentos financeiros	2.848	2.316
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.158)	(20.220)
Comissões e tarifas de cobrança	(55)	(107)
Fiança bancária	(672)	(579)
Swap		(3.879)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(110)	(356)
Outras despesas financeiras	(34)	(3.869)
	(7.029)	(29.010)
Atualizações monetárias, líquidas		
Atualizações monetárias passivas	164	273
Atualizações monetárias ativas	122	7.207
	286	7.480
Resultado financeiro	(3.895)	(19.214)

23 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

(a) Risco com taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

Em 31 de dezembro a Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

(b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

Em 31 de dezembro a Companhia não possui nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2010, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$43.618, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àquelas que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente. A Nota 7 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

(d) Risco de liquidez

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A política da Companhia é financiar a maior parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES. A Companhia contratou junto ao BNDES financiamento de R\$ 23.528 para realização dos investimentos do triênio de 2007 a 2009, tendo desembolsado em 2010 o montante de cerca de R\$2.067 referentes aos investimentos realizados no último trimestre de 2010 (R\$2.733 até o mês de dezembro de 2009). O restante das necessidades de caixa, se houver é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, conforme Nota 15.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 6 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2010 (i)				
Fornecedores (iii)	30.335			
Empréstimos e financiamentos (iii)	7.841	8.142	13.702	292
Contas a pagar – partes relacionadas (iii)	2.998			
Em 31 de dezembro de 2009 (i)				
Fornecedores (iii)	27.972			
Empréstimos e financiamentos (iii)	62.298	36.002	18.094	3.256
Contas a pagar – partes relacionadas (iii)	6.735			
Em 1º de janeiro de 2009 (i)				
Fornecedores (iii)	41.541			
Empréstimos e financiamentos (iii)	152.010	26.840	48.550	2.775
Contas a pagar – partes relacionadas (iii)	5.850			

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. As entidades podem optar por adicionar uma coluna de conciliação e um total final correspondente ao valor do balanço patrimonial, se assim desejarem.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

24 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores	1.161	1.297	1.346
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	21.312	17.412	21.312
Danos materiais (i)	276.232	277.187	347.173
Lucros cessantes (i)	137.464	137.940	140.152

(i) As importâncias seguradas em 2009 foram emitidas em USD\$ cujos montantes foram convertidos para reais. A partir de 2010 as importâncias seguradas foram contratadas em reais.

Os veículos estão segurados a valor de mercado.

25 Transição para os CPCs

25.1 Base da transição

25.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

25.1.2 Exceção da aplicação retrospectiva das estimativas seguida pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- . Reversão de ativos e passivos financeiros.
- . Participação de não controladores.

25.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

Conforme o CPC 32 os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

ativos e passivos estão apresentados compensados e em linha exclusiva no balanço patrimonial.

Os saldos diferidos classificados como circulante, passaram a ser classificados como não circulante. Os montantes de R\$6.804 e R\$5.131, existentes em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, foram reclassificados para o ativo não circulante.

(b) Juros sobre o capital próprio e dividendos

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. Os montantes de R\$26.306 e R\$33.189, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, relativos a dividendos provenientes de juros sobre o capital próprio, classificados no passivo circulante, foram estornados para o patrimônio líquido, por não estarem oficialmente declarados e também não representarem obrigação legal, e ainda, por haver saldo de prejuízos acumulados a serem compensados.

(c) Contrato de concessão

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BRGaap antigo a Companhia reconhecia os gastos com a infraestrutura da concessão como ativos imobilizados. Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante de R\$247.510 referente a esses bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 13.

(d) Ativo regulatório – Conta patrimonial para ajuste do custo do gás

Com a adoção dos CPCs, o saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo tal como a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório mantido em 1º de janeiro de 2009 no montante de R\$53.490 (31 de dezembro de 2009 – R\$18.050, 31 de dezembro de 2010 – R\$12.587) foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. Por integrar as bases de apurações do imposto de renda e da contribuição social, a Companhia constitui os tributos diferidos sobre o respectivo saldo do ativo/passivo regulatório não registrado contabilmente.

(e) Ajuste a valor presente sobre o saldo de impostos a recuperar sobre aquisições de ativos

Esse ajuste é previsto pelo CPC 12, vigente desde 2008, mas, como o efeito não era material, a Companhia não reconheceu seus efeitos à época e nem na data de transição de 1º de janeiro de 2009, passando a apurar seu efeito somente a partir de 31 de dezembro de 2009.

(f) Prejuízos acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, os ajustes acima foram registrados contra prejuízos acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

A seguir, apresentamos as conciliações do Patrimônio líquido em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e do lucro do exercício de 2009, quantificando os efeitos da transição para os CPCs:



(i) Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009:

	De acordo com BR GAAP antigo	IR e CSLL correntes (a)	IR e CSLL diferidos (a)	Juros sobre capital próprio (b)	Baixa de ativo regulatório (d)	Efeito total da mudança para CPCs	De acordo com CPCs
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	958						958
Contas a receber de clientes	48.872						48.872
Estoques	828						828
Tributos a recuperar	14.720	-7.161				(7.161)	7.559
Partes relacionadas	22						22
Conta patrimonial para ajuste do custo do gás	53.490				(53.490)	(53.490)	
Ativos fiscais diferidos	6.804		(6.804)			(6.804)	
Despesas antecipadas	94						94
Demais contas a receber	201						201
	125.989	-7.161	-6.804		(53.490)	(67.455)	58.534
Não circulante							
Tributos a recuperar	2.046						2.046
Débitos restituíveis	194						194
Ativos fiscais diferidos	5.795		24.991			24.991	30.786
Demais contas a receber	119						119
Imobilizado	248.629					(248.629)	
Intangível	408.856					248.629	657.485
Diferido	34.499						34.499
	700.138		24.991			24.991	725.129
Total do ativo	826.127	-7.161	18.187		-53.490	-42.464	783.663

	De acordo com BR GAAP antigo	IR e CSLL correntes (a)	IR e CSLL diferidos (a)	Juros sobre capital próprio (b)	Baixa de ativo regulatório (d)	Efeito total da mudança para CPCs	De acordo com CPCs
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	137.584						137.584
Fornecedores	41.541						41.541
Obrigações trabalhistas a pagar	275						275
Tributos a pagar	10.914	(7.691)				(7.691)	3.223
Imposto de renda e contribuição social a pagar		530				530	530
Partes relacionadas	5.850						5.850
Juros sobre o capital próprio a pagar	26.306			-26.306		(26.306)	-
Demais contas a pagar	37						37
	222.507	-7.161		(26.306)		(33.467)	189.040
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	60.706						60.706
Tributos a pagar	986						986
Provisão para contingências	65						65
	61.757						61.757
Total do passivo	284.264	-7.161		-26.306		-33.467	250.797
Patrimônio líquido							
Capital social	604.270						604.270
Prejuízos acumulados	-62.407		18.187		-53.490	(35.303)	(97.710)
Dividendo adicional proposto				26.306		26.306	26.306
	541.863		18.187	26.306	(53.490)	(8.997)	532.866
Total do passivo e patrimônio líquido	826.127	-7.161	18.187		(53.490)	(42.464)	783.663

(ii) Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009:

Ativo	De acordo com BR GAAP antigo	IR e CSLL correntes (a)	IR e CSLL diferidos (a)	Juros sobre capital próprio (b)	Baixa de ativo regulatório (d)	AVP sobre impostos (e)	Efeito total da mudança para CPCs	De acordo com CPCs
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	16.052							16.052
Contas a receber de clientes	53.125							53.125
Estoques	1.024							1.024
Tributos a recuperar	11.698	-9.732				(56)	(9.788)	1.910
Partes relacionadas	29							29
Conta patrimonial para ajuste do custo do gás	18.050				(18.050)		(18.050)	
Ativos fiscais diferidos	5.131		(5.131)				(5.131)	
Despesas antecipadas	141							141
Demais contas a receber	153							153
Adiantamentos a fornecedores	94							94
	105.497	-9.732	-5.131		(18.050)	(56)	(32.969)	72.528
Não circulante								
Tributos a recuperar	1.528					(349)	(349)	1.179
Débitos restituíveis	521							521
Ativos fiscais diferidos	4.371		11.268				11.268	15.639
Demais contas a receber	93							93
Depósitos judiciais	183							183
Imobilizado	246.819						(246.819)	
Intangível	389.970					691	247.510	637.480
Diferido	28.301							28.301
	671.786		11.268		342	11.610	683.396	
Total do ativo	777.283	-9.732	6.137		-18.050	286	-21.359	755.924

Passivo	De acordo com BR GAAP antigo	IR e CSLL correntes (a)	IR e CSLL diferidos (a)	Juros sobre capital próprio (b)	Baixa de ativo regulatório (d)	AVP sobre impostos (e)	Efeito total da mudança para CPCs	De acordo com CPCs
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	56.148							56.148
Fornecedores	27.972							27.972
Obrigações trabalhistas a pagar	248							248
Tributos a pagar	14.461	(9.958)					(9.958)	4.503
Imposto de renda e contribuição social a pagar		226					226	226
Partes relacionadas	6.735							6.735
Juros sobre o capital próprio a pagar	33.189			-33.189			(33.189)	
Demais contas a pagar	156							156
	138.909	-9.732		(33.189)			(42.921)	95.988
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	46.901							46.901
Tributos a pagar	737							737
Provisão para contingências	891							891
	48.529							48.529
Total do passivo	187.438	-9.732		-33.189			-42.921	144.517
Patrimônio líquido								
Capital social	626.630							626.630
Prejuízos acumulados	-36.785		6.137		-18.050	286	(11.627)	(48.412)
Dividendo adicional proposto				33.189			33.189	33.189
	589.845		6.137	33.189	(18.050)	286	21.562	611.407
Total do passivo e patrimônio líquido	777.283	-9.732	6.137		(18.050)	286	(21.359)	755.924

(iii) Conciliação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	De acordo com BR GAAP antigo	Baixa de ativo regulatório (d)	AVP sobre Impostos (e)	Contrato de concessão	Efeito total da mudança para CPCs	De acordo com CPCs
Operações continuadas						
Receitas	401.069			9.066	9.066	410.135
Custos Operacionais	(313.484)	39.220		(9.066)	30.154	(283.330)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	87.585	39.220			39.220	126.805
Resultado financeiro	(15.720)	(3.780)	286		(3.494)	(19.214)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	71.865	35.440	286		35.726	107.591
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	(9.958)					(9.958)
Diferidos	(3.096)	(12.050)			(12.050)	(15.146)
Lucro líquido do exercício	58.811	23.390	286		23.676	82.487



gasNatural
fenosa





Rua Cyce César, 24 . Parque Campolim
CEP: 18047-638 . Sorocaba . SP